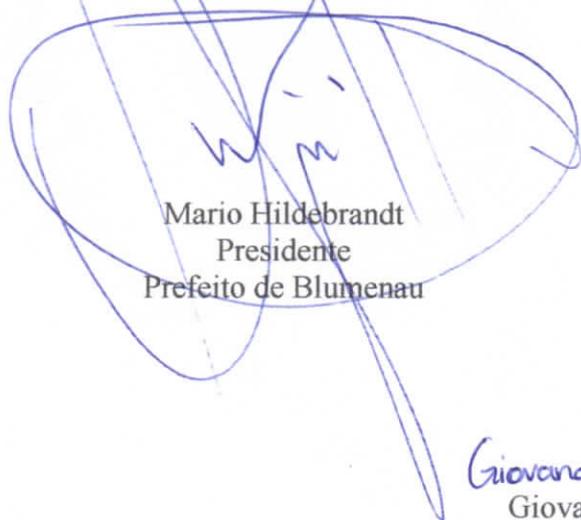


1 **ATA DA 511ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**
2 **DO VALE EUROPEU – AMVE, REALIZADA NO DIA SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E**
3 **VINTE E TRÊS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às 14 horas, no auditório da Associação,
5 realizou-se a quingentésima décima primeira Assembleia Geral Ordinária da Associação de
6 Municípios do Vale Europeu (Amve), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau,
7 senhor Mario Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a
8 presença do senhor Arão Josino da Silva, prefeito do município de Ascurra; da senhora Arrabel
9 Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do senhor André Vechi, prefeito
10 interino do município de Brusque; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor
11 Pedrinho; do senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; do senhor André Luiz
12 Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode;
13 do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, prefeito
14 do município de Rodeio; da senhora Maria Angélica Faggiani, secretária de Fazenda e Administração
15 de Timbó, representando o senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; do senhor
16 Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve; além de demais interessados. Após
17 declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à
18 reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 –
19 Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Calendário de assembleias 2º semestre; 3 – Antecipação
20 13º salário; 4 – Piso da enfermagem; 5 – EC 109 - Receita corrente prefeituras; 6 – IRRF; 7 – Gabinete
21 Jorge Seif; 8 – Assinatura Convênio Instituto Gene – Conecta AMVE; 9 – Lei Paulo Gustavo; 10 –
22 Assuntos gerais. Tratando do item um, o presidente colocou em apreciação a ata da 510ª Assembleia
23 Geral Ordinária, pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos via correio
24 eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Passando ao item dois, foi abordado o
25 calendário de assembleias para o segundo semestre, pois normalmente as reuniões são realizadas na
26 primeira quinta-feira do mês, mas estas datas coincidirão com feriados ou datas comemorativas em
27 alguns meses, por isso a necessidade de reajuste. Após definição das datas, o calendário foi aprovado
28 por unanimidade. Referente ao item três, o presidente informou que todo ano é feita esta aprovação
29 em Assembleia, então sugeriu que seja editada resolução definitiva autorizando a antecipação de
30 metade do 13º salário dos colaboradores da Amve no mês de julho, e não havendo manifestações
31 contrárias, a sugestão foi aprovada. Passando ao item quatro, foi dada a palavra ao senhor José Rafael
32 Corrêa, consultor em gestão fiscal e integridade da Amve, o qual abordou a Portaria nº 597 do
33 Ministério da Saúde que prevê repasse de recursos aos municípios para custeio do piso da
34 enfermagem, e ressaltou que também está previsto repasse a entidades dos municípios, restando à
35 administração municipal a responsabilidade de fiscalizar estes repasses, bem como ter atenção com
36 os impactos destes recursos no índice de gastos com pessoal. Destacou que ainda há várias incógnitas
37 quanto à metodologia de cálculo para os valores de repasses, e que os valores são somente para este
38 ano. Houve discussão entre os prefeitos sobre a temática, então ficou definido que será feito
39 levantamento de quais municípios da região já pagam o piso previsto, e em segundo momento será
40 agendada reunião com os procuradores dos municípios que ainda não pagam o piso para verificar o
41 melhor encaminhamento. Referente ao item cinco, ainda com a palavra, o consultor da Amve abordou
42 a Emenda Constitucional (EC) 109/2021, destacando o artigo 167-A, o qual trata do equilíbrio fiscal
43 entre receitas e despesas, definindo um balizador entre a receita corrente e a despesa corrente na
44 ordem de 95%, ressaltando que ele deve ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC).
45 Destacou também que, com o aumento de gastos e diminuição do crescimento da receita, esta relação
46 está cada vez menor, e como os municípios utilizam superávit do ano anterior, vários estão superando
47 os 95% previstos na EC, o que impede a captação de recursos através de operação de crédito. Diante
48 disto, foram realizadas reuniões com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com a Confederação
49 Nacional de Municípios (CNM) para discutir esta situação, e foi sugerido fazer consulta formal ao
50 TCE/SC sobre a questão. Após discussão entre os prefeitos, foi aprovado o envio de consulta ao

51 Tribunal. Passando ao item seis, o senhor José Rafael Corrêa relembrou o histórico legal com relação
52 à retenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), e também abordou a implementação da
53 Portaria nº 1.234 da Receita Federal, citando que o IR retido pelos municípios se converte em receita
54 às prefeituras, e que é necessário fazer regulamentações e articulações com algumas entidades como
55 Celesc, Casan e empresas de telecomunicações, para que seja feita retenção do IR nas faturas e este
56 valor possa ser direcionado aos municípios. Diante disto, o presidente solicitou que seja enviado
57 ofício às empresas sobre a questão, e caso necessário, sugeriu entrar com ação judicial via Associação
58 para agilizar os trâmites; após deliberação, a proposta foi aprovada. Em seguida, por solicitação, foi
59 incluso item na pauta relativo a desvinculação de receitas dos municípios, e o senhor José Rafael
60 Corrêa comentou que o prazo previsto em Emenda Constitucional para esta questão se encerra neste
61 ano, sugerindo fazer ofícios à CNM e à FNP para que articulem junto ao Congresso Nacional a
62 prorrogação desta medida. Após apreciação, foi aprovado o envio de ofícios. Foi solicitada a inclusão
63 de mais um item de pauta, o qual foi aprovado, e o consultor da Amve abordou os índices do Imposto
64 sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado e na região, destacando que houve
65 queda significativa na arrecadação. Também houve discussão sobre o índice do ICMS Educação, e o
66 senhor José Rafael Corrêa informou que será agendado evento na Associação com representantes do
67 TCE/SC para apresentar mais detalhes sobre este índice. Referente ao item sete, o presidente
68 informou que houve cancelamento da agenda por parte do representante do Senador Jorge Seif, então
69 o item foi excluído da pauta. Tratando-se do item oito, o diretor executivo da Amve relembrou que
70 dentre as diversas demandas levantadas no Manifesto pelo Desenvolvimento do Vale Europeu, uma
71 delas era inovação, então foi iniciado trabalho com o Instituto Gene através do projeto Conecta
72 AMVE, a fim de ampliar as discussões e trabalhos do Centro de Inovação Blumenau (CIB) aos demais
73 municípios da região. Diante disto, será firmado termo de cooperação entre a Amve e o Instituto, a
74 fim de custear algumas ações previstas. Com a palavra, o senhor Udo Schroeder, presidente do CIB,
75 destacou que o trabalho atenderá todos municípios da Amve, com exceção de Brusque, Botuverá e
76 Guabiruba, que são atendidos pelo Centro de Inovação de Brusque. Ressaltou ainda que foram
77 nomeados embaixadores nos municípios, envolvendo o poder público, a iniciativa privada, a
78 academia e o terceiro setor, e serão elencadas as atividades prioritárias para cada um deles. Em
79 seguida, foi realizada a assinatura do termo pelo presidente da Amve e pelo presidente do CIB.
80 Passando ao item nove, foi dada a palavra à senhora Michele Prada, assessora de comunicação social
81 da Amve, a qual tratou sobre a Lei Paulo Gustavo – Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.
82 Ela informou que a lei vai promover descentralização de recursos e transferir cerca de R\$ 3,8 bilhões
83 de reais a todos os municípios brasileiros que deverão ser destinados ao setor cultural. Do montante,
84 70% serão para a setorial de audiovisual e 30% para as demais linguagens da cultura. Destacou que
85 os 14 municípios da Amve receberão quase R\$ 7 milhões. Em seguida, alertou sobre a necessidade
86 de solicitar aos gestores municipais de Cultura para que operacionalizem os trâmites e exigências
87 legais para recebimento dos recursos, pois se não forem cumpridas as formalidades até o dia 11 de
88 julho deste ano, o município não terá acesso aos recursos. Tratou também sobre os incisos de divisão
89 dos recursos que deverão ser respeitados conforme diretrizes legais, e que a adesão deverá ser feita
90 na plataforma Transferegov, garantindo participação popular e com plano de trabalho. Explicou que
91 5% de todo montante recebido pelos municípios pode ser utilizado para a própria operacionalização
92 da lei, prevendo então a contratação de assessoria, pareceristas e capacitações. Ao final, o presidente
93 solicitou que seja informado a cada prefeito sobre a pendência de seu município, para que seja
94 possível verificar os encaminhamentos necessários com os gestores de Cultura. Já em assuntos gerais,
95 foi dada a palavra à senhora Ligia Hoepfner, coordenadora da Comissão Intergestores Regional
96 (CIR), a qual destacou sobre o alto número de casos de dengue na região, e sugeriu realizar um estudo
97 acerca dos custos e efetividade para introdução de mosquitos geneticamente modificados, que inibem
98 a reprodução de novos mosquitos e não transmitem doenças. Após deliberação entre os prefeitos, foi
99 autorizada a realização do estudo. Em seguida, foi comentado sobre as visitas que o Governador do
100 Estado está fazendo às associações de municípios, sobre a pendência de pagamento dos convênios

101 entre o Estado e os municípios, e o presidente solicitou que seja feito estudo sobre a receita do Estado
102 para embasar futuros encaminhamentos caso necessário. Na sequência, foi dada a palavra ao diretor
103 executivo da Amve, o qual informou que a tentativa da Associação de entrar como *amicus curiae* na
104 ação judicial referente ao Plano 1000 foi rejeitada e não há possibilidade de recorrer da decisão. Com
105 a palavra, o presidente abordou a possibilidade de buscar auxílio com outras entidades a respeito deste
106 tema. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Norberto Mette, organizador da Festitália, o qual
107 relembrou sobre as edições passadas da festa e destacou que ela será repaginada a partir deste ano, e
108 a meta em até 5 anos é transformá-la na maior festa italiana do Brasil. Destacou as mudanças de
109 cardápio e também nas atrações culturais para cativar o público mais jovem, e aproveitou o ensejo
110 para convidar a todos os prefeitos para a abertura da festa e também para o desfile que será realizado.
111 Ainda em assuntos gerais, foi abordado sobre o evento conjunto em comemoração ao aniversário da
112 Amve e da Agência Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu (APIS), a realizar-se no dia
113 03 de agosto. O diretor executivo da Amve também comentou sobre a programação da missão técnica
114 à Europa, destacando que serão três dias de agenda na França e treze dias na Alemanha; também foi
115 discutida a questão de documentações necessárias e confirmação dos prefeitos participantes. Na
116 sequência, foi dada a palavra ao senhor André Vechi, prefeito interino de Brusque, o qual comentou
117 sobre o processo de mudança ocorrendo no município devido à cassação da chapa eleita para o
118 executivo em 2020, ressaltando que se aguarda julgamento do recurso e também definição quanto a
119 realização de novas eleições. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor Mario Hildebrandt
120 declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois
121 de aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da Amve.

A large, stylized blue ink signature of Mario Hildebrandt, consisting of several overlapping loops and lines.

Mario Hildebrandt
Presidente
Prefeito de Blumenau

A blue ink signature of Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, written in a cursive style.

Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo

A blue ink signature of Giovana Peron, written in a cursive style.

Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva